

Informativo Eletrônico produzido pela Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU

Brasília, 23 a 27 de maio de 2022 – Nº 460

[Painelistas defendem modulação de efeitos para garantir segurança jurídica na repercussão geral](#)

[Jurisprudência em Teses traz novos entendimentos sobre embargos de declaração](#)

[Página de Repetitivos e IACs Anotados inclui julgados sobre contribuições previdenciárias não recolhidas no momento oportuno](#)

[Teses da Primeira Seção consagram direito à informação ambiental e obrigação do Estado com a transparência](#)

[União e Funai têm até um ano para destinar área de sobrevivência ao grupo indígena Fulkaxó](#)

[Pleno do STJ define regras de antiguidade para primeira composição do TRF6](#)

[Informativo destaca não cabimento de REsp contra tese em abstrato em IRDR e sucessão empresarial fraudulenta](#)

[Integração eletrônica: mais rapidez na baixa e na devolução de processos entre STJ e STF](#)

[Corregedora nacional e desembargador do TRF2 exaltam troca de experiências em workshop sobre sequestro de crianças](#)

[Primeira Seção definirá prescrição de ressarcimento ao SUS por atendimento a segurado de plano de saúde](#)

[Primeira Seção decidirá se professores de tênis precisam ser inscritos em conselho profissional de educação física](#)

[Prazo de vigência de patentes mailbox é de 20 anos contados da data do depósito do pedido pelo interessado](#)

[TNU afeta tema sobre indenização a trabalhador portuário avulso diante de férias não gozadas](#)

[Turma Nacional fixa tese sobre atividade especial para vigia e vigilante por equiparação](#)

[TNU afeta tema relacionado à regularidade do Registro Geral da Atividade Pesqueira](#)

[Curso de formação de conciliadores do CJF recebe “XII Prêmio Conciliar é Legal”](#)

Informativo STF - Nº 1055

Indicações literárias

Conheça a [CAJU](#)

Para acessar as edições anteriores do InfoCAJU, clique [aqui](#)